

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Inicialmente, requer o benefício à assistência judiciária gratuita, por ser carente de recursos financeiros uma vez que seus rendimentos não são suficientes para arcar com o ônus das custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu sustento pessoal e de sua família, amparada pela Lei 1060/50 e posteriores alterações.

DOS FATOS

O Requerente é filho do Requerido e se encontra sob a guarda e responsabilidade materna desde que ocorreu o rompimento da convivência de seus genitores.

Com a separação do casal o Requerido passou a contribuir de forma irregular e insuficiente para o sustento do filho, deixando todos os encargos com alimentação, saúde, educação, vestuário, habitação e lazer sob a responsabilidade materna de forma que tal situação tem imposto ao menor um estado de necessidade.

O Requerido é **segurança do Fama Clube Boate**, localizada na Rua Carlos Gomes, nº 140, Salvador, Bahia. Tendo, portanto, condição financeira de contribuir para o sustento de seu filho, cumprindo com suas obrigações paternas.

DO DIREITO

A Lei 5.478/68 bem como o inciso I do art. 1634 e seguintes do Código Civil e as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, garantem à Requerente o direito à presente ação.

DO PEDIDO

Ante o exposto é a presente para requerer a V.Exa.:

a) a concessão, de logo, dos **alimentos provisórios** em favor do Requerente, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) dos rendimentos líquidos, incidindo sobre 13º, Férias e qualquer bonificação que se faça jus, devendo ser intimado o setor pessoal da Empresa **FAMA CLUBE BOATE**, para que efetue o desconto em folha, em uma conta que deverá ser criada, por determinação de V.Exa., no nome da Representante legal do menor, para esse fim;



b) a citação do Requerido, para, querendo, contestar e comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento a ser designada por V.Exa., sob pena de revelia;

c) a intimação do Ilustre Representante do Ministério Público para acompanhar o feito em todos os seus termos;

d) o julgamento procedente do presente pedido para determinar que o Requerido pague a pensão alimentícia em caráter definitivo ao Requerente, nos termos da alínea "a", condenando-o, por fim, ao pagamento do ônus de sucumbência;

e) o deferimento do pedido de assistência judiciária gratuita;

Protesta e requer provar o alegado pelos meios de prova admitidos em direito, em especial o depoimento pessoal do Réu, sob pena de confissão, ouvida de testemunhas, juntada de documentos em prova e contra prova.

Dá à causa o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) para mero efeito fiscal e legal.

Pede deferimento.

Salvador, 20 de setembro de 2006.



Defensora Pública do Estado



Estagiária da DPE